

ATA NÚMERO 152/XII (3.ª)

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2014, pelas 11 horas e 5 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 2, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

11:00 Horas:

Audição da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª).

12.30 Horas:

- 1 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.
- 2 — Apreciação e votação de Atas;
- 3 — Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Mendes Bota, deu início aos trabalhos às 11 horas e 5 minutos, começando por agradecer a presença do Presidente, Carlos Magno, do Vice-Presidente, Alberto Aarons de Carvalho, e dos dois vogais da ERC, Raquel Alexandra e Rui Gomes. Informou ser esta audição feita no âmbito da discussão na especialidade das propostas de lei n.ºs 194, 195 e 196/XII (3.ª) e explicou a metodologia dos trabalhos.

O Senhor Presidente da ERC teceu umas breves considerações, referindo que o contrato de concessão era um pacto estabelecido para o futuro entre a sociedade, representada pelo Estado, e a televisão pública; que o futuro da RTP é também o futuro do audiovisual em Portugal e do sistema mediático português no mundo; que a RTP, mais do que uma marca, é uma questão de soberania nacional; que o parecer relativo ao contrato de concessão do serviço público aprovado pela ERC, por maioria, é um documento global (talvez contraditório, em alguns aspetos) e sobre o qual dois dos membros da ERC tinham feito declarações de voto; que, em relação ao futuro, lhe parecia importante trocar algumas impressões sobre a produção independente e o contrato de concessão da rádio e da televisão públicas; e frisou que o que a RTP precisa nos tempos mais próximos é de tranquilidade e de paz.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Rosa Arezes (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP), Cecília Honório (BE), Carla Cruz (PCP) e Inês de Medeiros (PS).

A Senhora Deputada Rosa Arezes (PSD) colocou questões sobre as responsabilidades e áreas de intervenção do Conselho Geral Independente (CGI); as reservas da ERC quanto à independência do CGI, designadamente em relação ao facto de o Governo designar dois dos seus membros e de essas funções serem desempenhadas a título gratuito; e a necessidade de acautelar o princípio da representação geográfica, cultural e de género no CGI.

O Senhor Deputado Raúl de Almeida (CDS-PP) referiu-se à desgovernamentalização e à transparência no funcionamento e financiamento da empresa; ao controlo e a uma monitorização parlamentar mais apertada e regulamentada do CGI; à possível dispersão do caderno de encargos do serviço público da RTP2, o que, em seu entender, poderá ser benéfico e libertador para a afirmação da personalidade do canal e para a sua afirmação perante o público.

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) abordou os riscos de governamentalização da RTP; a relação entre o CGI e a definição do plano estratégico; a potencial colisão de competências, designadamente no âmbito da supervisão e fiscalização, entre a ERC e o CGI no que respeita ao próprio Conselho de Administração; a natureza do contrato de concessão e a especificação de algumas das perspectivas das suas diferentes cláusulas; as preocupações manifestadas no parecer da ERC sobre o contrato de concessão; a diluição do papel dos centros de produção; a nova reconfiguração da RTP e a produção independente; a perspectiva da ERC sobre o atual modelo de financiamento e as suas limitações; e a redefinição completa do serviço público de rádio e televisão.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) referiu-se às fragilidades da forma de nomeação do CGI e à independência deste órgão; ao financiamento da RTP; à produção própria do serviço público de rádio e televisão; ao desígnio da rádio; à importância do conteúdo regional do serviço público e às delegações da rádio e da televisão.

A Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) debruçou-se sobre o enfraquecimento da missão da rádio; a ausência de um plano estratégico e a quebra da independência editorial da rádio; o financiamento do serviço público de rádio e televisão; a falta de independência dos vários diretores de programas; as ambiguidades das nomeações; os critérios puramente subjetivos

presentes na nomeação dos membros para o CGI («pessoas de reconhecido mérito»); a eliminação da obrigatoriedade de capitais públicos; e a definição de produção independente e a produção própria.

O Senhor Presidente da ERC respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções, tendo também prestado informações adicionais o Vice-Presidente, Alberto Arons de Carvalho, e os Vogais, Raquel Alexandra e Rui Gomes, tendo-se debruçado sobre o conselho geral independente, o seu modo de designação, a representação geográfica e de género dos seus membros e a sua independência; o conceito de cobertura nacional da RTP em todos os pontos do território e as antenas; o contrato de concessão; a «vampirização» da rádio pela televisão; a produção independente e a produção própria da RTP.

Mais se referiu ao contrato de concessão e a produção externa; à insuficiência do financiamento da RTP e à indefinição da RTP2; às delegações regionais e aos correspondentes no estrangeiro; ao financiamento da RTP através da taxa de contribuição para o audiovisual (CAV); à obrigatoriedade de transmissão de jogos de futebol e ao contrato de concessão; à produção independente e interna da RTP; à eliminação da obrigatoriedade de capitais públicos; à programação infanto-juvenil da RTP2; à perda de autonomia da rádio e ao desinvestimento em algumas antenas; e à falta de discussão sobre a produção, os conteúdos e o papel da rádio.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Rosa Arezes (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP), Cecília Honório (BE), Carla Cruz (PCP) e Inês de Medeiros (PS), tendo no final os membros da ERC respondido às questões colocadas.

A audição foi gravada, encontrando-se disponível em <http://www.canal.parlamento.pt/>.

Nada mais havendo a tratar, a audição terminou às 13 horas e 10 minutos, após o que se deu início à reunião ordinária da Comissão.

No primeiro ponto da Ordem do Dia foram tratados assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados.

Não havendo atas para aprovar, e no âmbito do último ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu conta da carta enviada à Senhora Presidente da Assembleia da República pela *Cronoworld*, Projetos de Cidadania, CRL, solicitando o apoio institucional da 12.ª Comissão e a cedência de um espaço para a realização de um evento promovido pela *New generation, new*



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

policies, new future, que engloba 20 organizações de juventude da Europa, para definir uma estratégia de incremento do índice de participação cívica dos jovens.

Não havendo oposição por parte dos grupos parlamentares, o Senhor Presidente deu por aprovado este pedido feito pela *Cronoworld*, Projetos de Cidadania, CRL, ficando os grupos parlamentares de oportunamente indicarem os seus representantes para intervir no referido debate.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e encontra-se disponível em http://srvvideo3/site/XIILEG/3SL/COM/12-CPECC/CpECC_20140226_2.mp3, razão pela qual não se procede ao seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de Fevereiro de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(MENDES BOTA)



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa
Ana Oliveira
Carla Cruz
Cecília Honório
Hermínia Azenha
Inês de Medeiros
João Portugal
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Paulo Almeida
Raúl de Almeida
Rosa Arezes
Sandra Pontedeira
Sérgio Azevedo
Paula Gonçalves
Pedro Morais Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Lídia Bulcão
Mónica Ferro
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Pardal
Isabel Oneto
Jacinto Serrão

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 07/05/2014.